



**HERCULES S/A – FÁBRICA DE TALHERES**  
**Companhia Aberta**  
**CNPJ 92.749.225/0001-63**

**Comentário do Desempenho**  
**Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021**

***Prezados acionistas***

A administração da Hercules S/A – Fábrica de Talheres (“Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde indicado de outra forma, são apresentadas com base em Reais. As informações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – Demonstradas e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Financeiras da Companhia. Todas as comparações levam em consideração o ano de 2020, exceto quando especificado.

***Mensagem da administração***

Ao longo dos anos de existência da Companhia, participamos dos mais importantes acontecimentos econômicos e sociais, todavia, nenhum período reuniu intensas transformações e rupturas como os anos de 2020/21.

Superado o conjunto de incertezas vivenciados em 2020, o exercício de 2021, com o início da vacinação contra o Covid-19, trouxe mais do que otimismo e representou um ponto de inflexão no combate ao avanço do Covid-19. A ampla vacinação permitiu a flexibilização de medidas restritivas, contribuindo para a retomada da atividade econômica. Não por coincidência, em 2021, o PIB cresceu 4,6%, puxado por serviços e indústria e recuperou as perdas da pandemia. O resultado acumulado do PIB entre 2020 e 2021 mostra que o Brasil superou quase todos os países do G7, com exceção dos EUA. Outro destaque para o País no ano foi o processo de associação na OCDE, cujo conselho já autorizou o início da discussão da adesão brasileira.

Além disso, a manutenção do auxílio emergencial até outubro de 2021 contribuiu para o atenuar os efeitos da pandemia na economia doméstica. Por outro lado, com a desvalorização do real e alta nos preços das *commodities*, houve superávit de US\$ 61 bilhões na balança comercial. O lado negativo ficou por conta da pressão inflacionária que afetou tanto a cadeia produtiva quanto os consumidores finais. A inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE, acumulou aumento de 10,06% em 2021. Com isso, houve um movimento da autoridade monetária de aumento da taxa básica de juros, que iniciou o ano em 2,00% encerrou 2021 em 9,25%.

Apesar do cenário ainda adverso, a Companhia segue com seus objetivos visando a regularização das questões fiscais, reposicionamento da Marca Hercules no mercado, bem como o crescimento da rentabilidade operacional.

A receita líquida apresentada em 2021, de R\$ 2,6 milhões, superou em 60% os números apresentados no exercício de 2020, que foi de R\$1,6 milhões.

A Administração permanece atenta aos fatos relacionados à crise estabelecida em torno do Covid-19 e vem conduzindo com absoluta clareza e coerência todas as providências necessárias à manutenção das atividades operacionais da Companhia.

A Administração.

### ***Desempenho operacional***

A receita de vendas da Companhia corresponde ao licenciamento da *Marca Hercules* de produtos da linha Food Service, voltados para culinária profissional e doméstica, tais como panelas, facas, talheres, baixelas e utensílios domésticos.

Essa Unidade oferece, para o público profissional e doméstico, acessórios que garantem a combinação perfeita entre forma e função, desenvolvidos com o objetivo de simplificar a tarefa de preparação de alimentos no dia a dia.

Ao longo dos últimos anos, a Companhia vem recuperando o desempenho operacional, no ano de 2021, a receita líquida proveniente de royalties da *Marca Hercules* chegou ao montante de R\$ 2,6 milhões, 60% acima do apresentado em 2020, que foi de R\$ R\$ 1,6, milhões e 138,2% acima do apresentado em 2019, que foi de R\$ R\$ 1,1, milhões.

### ***Resultado financeiro***

A resultado financeiro da Companhia é composta por receita financeira e atualização do passivo tributário.

A receita financeira no montante de R\$ 705 mil em 2021 e de R\$ 374 mil no mesmo período de 2020 corresponde atualização de direitos creditórios, atualizado pelo índice IPCA-E.

Outras despesas financeiras, correspondem basicamente a atualização do passivo tributário, no valor de R\$ 2,6 milhões 2021 e R\$ 397 mil no exercício 2020. O aumento ocorrido em 2021 corresponde a atualização do parcelamento da Lei nº 13.988/2020 cuja a adesão ocorreu em dezembro de 2020.

### ***Resultado líquido***

O resultado líquido positivo da Companhia no exercício de 2021 foi de R\$ 443 mil e R\$ 172,0 milhões negativo no exercício de 2020, com variação absoluta de R\$ 172,6 milhões.

O resultado líquido da Companhia em 2020 foi impactado negativamente em função da repactuação do passivo tributário. A Companhia mantinha os valores do parcelamento REFIS registrados a valor presente, o que até a data representava a melhor estimativa de desembolso e os efeitos de uma possível reversão informados em nota explicativa. Com a desistência do referido parcelamento e o ingresso no parcelamento Lei nº 13.988, de 14/04/2020, os efeitos foram calculados e registrados, gerando o resultado líquido negativo em 31 de dezembro de 2020 de R\$172,0 milhões.

**Covid-19**

Com o início, em meados de março de 2020, das medidas de isolamento social no País em função do Covid-19, medidas foram tomadas e vem sendo monitoradas para mitigar os possíveis efeitos da pandemia nos resultados da Companhia.

A Administração permanece atenta aos fatos relacionados à crise estabelecida em torno do Covid-19 e vem conduzindo com absoluta clareza e coerência todas as providências necessárias à manutenção operacionais da Companhia e dos seus resultados através do resultado operacional da sua distribuidora que tem tomado medidas importantes para o controle e prevenção da doença a fim de não gerar impacto significativo nos negócios.

***Auditores independentes – Instrução CVM 381/2003***

Informamos que a Baker Tilly Brasil Auditores Independentes foi contratada pela Hercules S.A - Fábrica de Talheres, para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações contábeis intermediárias da Companhia referente ao exercício de 2021. Em conformidade com as normas brasileiras de preservação da independência do auditor externo, não foram contratados quaisquer outros serviços dessa empresa de auditoria externa.



**Hercules S.A - Fábrica de Talheres**  
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
<b>Ativo circulante</b>			
Disponibilidades		-	1
Clientes	5	575	1.143
Impostos a recuperar		121	183
Outras contas a receber	6	7	15
<b>Total ativo circulante</b>		<b>703</b>	<b>1.342</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Direitos creditórios	7	7.271	6.567
Depósitos judiciais	8	1.539	3.220
Outras contas a receber	6	514	514
Intangível	10	142	142
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>9.466</b>	<b>10.443</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>10.169</b>	<b>11.785</b>
	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores		6	31
Impostos e contribuições sociais	11	78.445	57.477
Outras contas a pagar		287	359
<b>Total passivo circulante</b>		<b>78.738</b>	<b>57.867</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Impostos e contribuições sociais	11	136.135	166.661
Partes relacionadas	9	23.897	16.111
Debêntures	12	324.582	324.582
Outras contas a pagar		33	230
Provisão para contingências	13	1.362	1.355
<b>Total passivo não circulante</b>		<b>486.009</b>	<b>508.939</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	14	22.809	22.809
Prejuízos acumulados		(577.387)	(577.830)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(554.578)</b>	<b>(555.021)</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>10.169</b>	<b>11.785</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## HERCULES S.A - Fábrica de Talheres

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
<b>Receita operacional líquida</b>	16	<u>2.617</u>	<u>1.570</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.617</b>	<b>1.570</b>
<b>Despesas operacionais</b>	17		
Gerais e administrativas		(296)	(1.636)
Outras receitas operacionais		<u>-</u>	<u>(2)</u>
		<b>(296)</b>	<b>(1.638)</b>
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado do resultado financeiro</b>		<u>2.321</u>	<u>(68)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	18		
Receitas financeiras		705	374
Despesas financeiras - capital de giro		(8)	(4)
Outras despesas financeiras		(2.575)	(397)
Resultado financeiro não recorrente (reclassificado)		<u>-</u>	<u>(171.955)</u>
		<b>(1.878)</b>	<b>(171.982)</b>
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>443</u>	<u>(172.050)</u>
Imposto de renda e contribuição social	19	-	1
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>		<u>443</u>	<u>(172.049)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## HERCULES S.A - Fábrica de Talheres

Demonstrações de resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>443</u>	<u>(172.049)</u>
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b><u>443</u></b>	<b><u>(172.049)</u></b>
<b>Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores</b>	<b><u>443</u></b>	<b><u>(172.049)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## HERCULES S.A FÁBRICA DE TALHERES

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais )

	Capital realizado atualizado			Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Correção monetária	Total		
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>15.300</b>	<b>7.509</b>	<b>22.809</b>	<b>(405.781)</b>	<b>(382.972)</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(172.049)	(172.049)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>15.300</b>	<b>7.509</b>	<b>22.809</b>	<b>(577.830)</b>	<b>(555.021)</b>
Lucro do exercício	-	-	-	443	443
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>15.300</b>	<b>7.509</b>	<b>22.809</b>	<b>(577.387)</b>	<b>(554.578)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Hercules S.A - Fábrica de Talheres**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
*(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>443</b>	<b>(172.049)</b>
<b>Ajustes para reconciliar o resultado líquido do exercício</b>		
Atualização do passivo tributário	2.482	1.854
Resultado financeiro não recorrente (reclassificado)	-	171.955
Atualização de direitos creditórios	(705)	(374)
<b>Total das despesas e receitas que não afetam o caixa</b>	<b>1.777</b>	<b>173.435</b>
<b>Caixa Gerado nas Operações</b>	<b>2.220</b>	<b>1.386</b>
<b>Variação nos saldos ativos e passivos</b>		
Redução (Aumento) de clientes	569	(783)
Redução (Aumento) de outras contas a receber - circulante e não circulante	31	(931)
(Redução) de fornecedores	(25)	(65)
(Redução) de impostos e contribuições	(10.304)	(712)
Aumento de partes relacionadas	7.786	1.301
(Redução) de outras contas a pagar - circulante e não circulante	(278)	(196)
	<b>(2.221)</b>	<b>(1.386)</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
<b>Total da geração de caixa</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>
<b>Aumento ou (redução) de caixa ou equivalentes de caixa</b>		
Saldo inicial de caixa ou equivalentes de caixa	1	1
<b>Saldo final de caixa ou equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>1</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





## HERCULES S.A - Fábrica de Talheres

Demonstrações do valor adicionado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
<b>Receitas</b>	<b>2.999</b>	<b>1.824</b>
Venda de serviços	2.999	1.824
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(296)</b>	<b>(1.636)</b>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(296)	(1.636)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>2.703</b>	<b>188</b>
Outros	-	(2)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	1
Receita financeiras	705	374
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>3.408</b>	<b>561</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>(382)</b>	<b>(254)</b>
Impostos federais	(277)	(190)
Impostos municipais	(105)	(64)
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>(2.583)</b>	<b>(172.356)</b>
Despesas financeiras	(2.583)	(401)
Resultado financeiro não recorrente (reclassificado)	-	(171.955)
<b>Remuneração de capital próprio</b>	<b>(443)</b>	<b>172.049</b>
(Lucro) prejuízo do exercício	(443)	172.049
<b>Distribuição de valores adicionados</b>	<b>(3.408)</b>	<b>(561)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Hercules S.A. – Fábrica de Talheres

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

### 1. Contexto operacional

#### Atividades desenvolvidas

A Hercules S.A – Fábrica de Talheres é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Tem por objeto a fabricação, comercialização de talheres e outros artigos de mesa para o uso doméstico e a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos, podendo ainda participar em outras sociedades.

Atualmente, a Companhia opera com o licenciamento da Marca “Hercules” para fabricação e distribuição de talheres e outros artigos de mesa para uso doméstico e de restaurantes.

As ações Hercules S.A – Fábrica de Talheres são negociadas na bolsa de valores de São Paulo – B3 sob os *tickers* HETA3 e HETA4.

### 2. Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Hercules, entende ser capaz de cumprir com o passivo tributário (nota explicativa 11) e debêntures a pagar (nota explicativa 12).

Em dezembro de 2020 a Administração da Companhia após análise minuciosa da situação do passivo tributário consolidado no REFIS, e levando em consideração que a permanência da Companhia naquele parcelamento seguia dependendo das ações judiciais ainda pendentes de decisão definitiva, optou em migrar parte dos débitos anteriormente consolidados da Lei nº 9.964/00 (REFIS) para o parcelamento da Lei nº 13.988/20, e solicitou a desistência das respectivas ações, impugnações ou recursos.

O Parcelamento Transação Excepcional, previsto na Lei nº 13.988/20, possibilitou a Companhia parcelar quase a totalidade de passivo tributário em até 84 parcelas com descontos que chegaram a 43% da dívida. O restante dos débitos não parcelados nesta modalidade estão em negociação junto a Procuradoria da Geral da Fazenda Nacional – PGFN, podendo ser repactuada no parcelamento da Transação Tributária ou no Negócio Jurídico Processual ou também em qualquer outro parcelamento que apresente condições mais vantajosas para amortização da dívida

O passivo tributário federal da Companhia, reconhecido contabilmente, inclusive o que fora indicado em parcelamentos mantidos ou já quitados, continua sendo objeto do trabalho de constante revisão.

Este trabalho de revisão busca, mediante pedidos de revisão administrativa, expungir do saldo contábil/fiscal das dívidas tributárias parcelas indevidas segundo o enquadramento da atual legislação e pontos pacificados na jurisprudência administrativa e judicial.

Na atual fase, já foram protocoladas petições específicas, que resultaram, após revisão final da Receita Federal, em reduções já reconhecidas no total de R\$ 4.661.

Cabe destacar que a Companhia é detentora de direitos creditórios que poderão, no momento processual oportuno, quitar quaisquer débitos federais, vencidos ou vincendos.

Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE que aprovou a emissão de debêntures de 2ª emissão privada, simples, não conversível em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista, que foram subscritas integralmente pela Mundial S.A. Produtos de Consumo por meio de utilização de crédito da Mundial junto a Hercules, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente entre as companhias. (nota explicativa 12).

A receita de vendas da Companhia corresponde ao licenciamento da marca Hercules de produtos da linha Food Service, voltados para culinária profissional e doméstica, tais como panelas, facas, talheres, baixelas e utensílios domésticos.

A Administração da Companhia vem trabalhando no processo de reposicionamento da Marca Hercules no mercado, através da distribuidora autorizada os lançamentos de novos produtos, ações de marketing, consolidação no mercado de e-commerce e exportações, são os desafios a serem enfrentados pela Administração da Companhia para melhoria dos resultados operacional.

Medidas tomadas para continuidade operacional da companhia em função do Covid-19.

Para as informações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021. A administração da Companhia analisou todos os itens listados no Ofício Circular da CVM Nº 02 e 10 de 2020, e não identificou impactos relevantes relacionados ao Covid-19, mas permanece atenta aos fatos relacionados à crise estabelecida em torno do Covid-19 e vem conduzindo com absoluta clareza e coerência todas as providências necessárias à manutenção das atividades operacionais da Companhia.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de sua estrutura de capital, vem estudando opções para enfrentar os desafios e as obrigações assumidas conforme descrito acima, mas não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia.

### **3. Base de preparação**

#### **a. Declaração de conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade**

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram aprovadas pela Administração da Companhia em 28 de março de 2022, e foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

#### **b. Declaração de relevância**

A Administração da Companhia aplicou a orientação técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e ao mesmo tempo afirma que todas as informações relevantes, estão sendo evidenciadas neste documento, e que correspondem às utilizadas por ela na gestão negócio.

#### **c. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item material reconhecido nos balanços patrimoniais:

- i. Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

#### **d. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **e. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 13 – Provisão para contingências.

Nota explicativa 20 - Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos.

#### **4. Sumário das principais práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

##### **a. Instrumentos financeiros**

###### **i. Classificação**

A Companhia classifica seus ativos ou passivos financeiros em i) custo amortizado e ii) valor justo por meio de resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

###### **- Custo amortizado**

São reconhecidos a custo amortizado os ativos e passivos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: Contas a receber, fornecedores, debêntures e partes relacionadas.

###### **- Valor justo por meio do Resultado**

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: caixas e equivalentes de caixa, outras contas a receber e direitos creditórios e outras contas a pagar.

###### **ii. Mensuração**

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

###### **- Custo amortizado**

Esses ativos e passivos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

###### **- Valor justo por meio do resultado**

Os ativos e passivos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

###### **- Redução ao valor recuperável**

A Companhia reconhece para seus ativos e passivos classificados ao custo amortizado uma provisão referente a perda de crédito esperada, quando identificada.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

Nota explicativa 5 - Contas a receber de clientes

Nota explicativa 6 - Outras contas a receber

Nota explicativa 7 - Direitos creditórios

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável não se aplica em vista do saldo ser referente despesas sobre a marca Hercules.

#### **b. Ativo intangível**

A Companhia reconhece um ativo intangível quando este puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, independentemente da intenção de uso pela entidade e que resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais cujos custos possam ser mensurados com confiabilidade e que seja provável que benefícios futuros sejam obtidos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A vida útil estimada de ativo intangível, marcas e patentes, para o exercício corrente e comparativo é indefinida.

A cada encerramento do exercício é revista a recuperabilidade dos mesmos e não demonstra indícios de provisão para recuperação a ser registrada.

#### **c. Receita operacional**

As receitas operacionais correspondem às receitas de royalties que representam um percentual auferido sobre as vendas efetuadas pelo representante autorizado a comercializar suas marcas. A receita é reconhecida ao valor líquido conforme estabelecido em cláusulas contratuais.

#### **d. Despesas financeiras**

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização do passivo tributário.

#### **e. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

#### **f. Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, no exercício apresentado, nos termos da NBC TG 41 – Resultado por ação.

#### **g. Demonstrações de valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos da NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme Normas Brasileiras de Contabilidade aplicável às companhias abertas.

#### **h. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

As normas e interpretações emitidas pelo IFRS, IASB e CPC, mas ainda não adotadas até a data de emissão das informações contábeis da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pela CVM e o CFC.

- Emenda IFRS 3 - Referente à estrutura conceitual Combinação de negócios, entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022;

- Emenda IAS16- Imobilizado Receita antes do uso pretendido, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022;
- Emenda CPC 25/AIS37 – Contrato Oneroso, custo do cumprir um contrato, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022;
- Emenda IAS 1- Classificação do passivo circulante e não circulante, entra em vigor em 1º de janeiro de 2023;
- Emenda IAS 1- declaração de práticas IFRS 2 – Divulgação de políticas contábeis, entra em vigor em 1º de janeiro de 2023;
- Emenda IAS 8- Definição de estimativas contábeis - entra em vigor em 1º de janeiro de 2023
- Emenda IAS 12- Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

A Companhia está avaliando possíveis impactos na adoção das referidas normas.

## 5. Clientes

O saldo de R\$ 575 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.143 dezembro de 2020) corresponde receita royalties a receber por licenciamento da marca e possui a seguinte composição por idade de vencimento:

O saldo de clientes a vencer possui a seguinte composição por idade de vencimento:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A vencer até 30 dias	-	448
A vencer entre 31 e 90 dias	575	695
	<u>575</u>	<u>1.143</u>

## 6. Outras contas a receber

Do saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 521 (R\$ 529 em 31 de dezembro 2020) sendo R\$ 514 no não circulante, refere-se à aquisição créditos junto a Eletrobrás. Os valores a pagar foram reconhecidos conforme condições pactuadas e o saldo a pagar de R\$ 143 está registrado no grupo outras contas a pagar.

## 7. Direitos creditórios

O saldo de R\$ 7.271 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 6.567 em 31 de dezembro de 2020) atualizados pelo IPCA ao mês, refere-se aos direitos creditórios adquiridos em 2014 por meio de contrato de cessão, oriundos de processo judicial, cuja sentença procedente determinou o pagamento de indenização às usinas de álcool e açúcar em razão da prática de intervenção do governo sobre a formação dos preços praticados nas vendas, montante de R\$ 4.300, com deságio já registrado no resultado de R\$ 2.795.

Os referidos Direitos Creditórios são analisados periodicamente por advogadas externas da Companhia, que apresentam parecer provável de realização bem como a possibilidade factível de utilização de Direitos Creditórios da Companhia para quitação de eventual passivo em aberto.

## 8. Depósito judicial

O saldo de 31 de dezembro de 2021 de R\$ 1.539 (R\$ 3.220 em 31 de dezembro 2020) no não circulante, refere-se a depósito judicial tributário no valor de R\$ 1.531 e R\$ 8, trabalhista. Os valores de depósito judicial tributário estão atrelados a nota explicativa 11, item "b" e "c", e serão convertidos, no momento oportuno, em redução deste passivo.

## 9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre partes relacionadas.

Tais transações, dadas as suas características específicas, não são comparáveis às transações realizadas com terceiros não relacionados.

Os impactos das transações entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	<b>Mundial S.A.</b>	<b>Mundial Distribuidora</b>	<b>Bellini S.A.</b>	<b>ZHEPAR</b>	<b>Eberle Equipamentos e Processos</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 2021</b>						
Clientes	-	575	-	-	-	<b>575</b>
Debêntures	324.582	-	-	-	-	<b>324.582</b>
Saldo passivo	20.016	804	2.966	109	2	<b>23.897</b>
<b>Saldo em 2020</b>						
Clientes	-	1.143	-	-	-	<b>1.143</b>
Debêntures	324.582	-	-	-	-	<b>324.582</b>
Saldo passivo	13.034	-	2.966	109	2	<b>16.111</b>

Abaixo apresentamos as características:

<b>Empresa</b>	<b>Remuneração</b>	<b>Vencimento</b>
Mundial S.A. Produtos de Consumo	Não remunerada	Indeterminado
Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo LTDA	Não remunerada	Indeterminado
Bellini S.A.	Não remunerada	Indeterminado
Zhepar Participações LTDA	Não remunerada	Indeterminado

Em 13 de dezembro de 2013 a Companhia emitiu debêntures no montante de R\$ 389.007, hoje com saldo de R\$ 324.542, que foram subscritas no seu total à vista pelo saldo decorrente da conta corrente existente entre a Companhia e a Mundial S.A, conforme descrito na nota explicativa 12.

## 10. Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o saldo do intangível de R\$ 142, refere-se ao custo de registro e manutenção das marcas e patentes da Companhia nos órgãos competentes.

## 11. Impostos e contribuições sociais

O passivo tributário da Companhia possui a seguinte composição:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Parcelamento Lei 13.998 14/04/2020 (a)	171.789	180.575
Outros impostos (b)	45.791	43.563
	<b>217.580</b>	<b>224.138</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>78.445</b>	<b>57.477</b>
Imposto de renda e contribuição social	2.996	3.211
Obrigações fiscais federais	75.437	54.261
Obrigações fiscais municipais	12	5
<b>Passivo não circulante</b>	<b>139.135</b>	<b>166.661</b>
Obrigações fiscais federais	139.135	166.661
	<b>217.580</b>	<b>224.138</b>

Os parcelamentos têm a seguinte composição de vencimento por ano:

2022	35.653
2023	32.910
2024	32.910
2025 até 2027	70.316
<b>Total</b>	<b>171.789</b>
Impostos e contribuições	45.791
<b>Total do passivo e passivo não circulante</b>	<b>217.580</b>

#### **a. Parcelamento Transação Excepcional - Lei 13.988/20**

Em 29 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia aprovou adesão programa de parcelamento de débitos federais conforme Lei 13.988/20 Transação Excepcional, de débitos inscritos na a PGFN - Procuradoria da Geral da Fazenda Nacional, após analisar detidamente, Administração entendeu por bem em migrar parte dos débitos parcelados na Lei nº 9.964/00 (REFIS) para o parcelamento da Lei nº 13.988/2020 e o restante para o passivo de curto prazo, o que possibilitou a inclusão em duas modalidades:

Os efeitos da adesão estão demonstrados a seguir:

#### **Demonstrativo da consolidação Lei 13.988/20**

##### **Composição do parcelamento**

	<b>Demais débitos</b>	<b>Débitos previdenciário</b>	<b>Total</b>
Montante parcelado	149.968	143.869	293.837
Reduções permitidas - com efeitos no resultado	(50.389)	(62.152)	(112.541)
Juros incorridos	2.748	(1.491)	1.257
Pagamento realizados	(4.874)	(5.890)	(10.764)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>97.453</b>	<b>74.336</b>	<b>171.789</b>

a.1 Modalidade demais débitos em 84 parcelas com abatimento de multas, juros e encargos, sendo as 12 primeiras parcelas no valor de R\$ 500, e o saldo em 72 parcelas iguais e consecutivas no valor de R\$ 1.300, atualizadas pela SELIC, sem exigência de garantias.

a.2 Modalidade Previdenciária em 60 parcelas com abatimento de multas, juros e encargos, sendo as 12 primeiras parcelas no valor de R\$ 480, e o saldo em 48 parcelas iguais e consecutivas no valor de R\$ 1.583, atualizadas pela SELIC, sem exigência de garantias.

#### **b. Outros Impostos**

Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 45.791 registrados na rubrica outros impostos, corresponde a débitos gerados no mês e processos transferidos do extinto parcelamento REFIS, tais débitos serão objeto de futuras negociações de parcelamentos federais, a Companhia possui depósitos judiciais atrelados aos mesmos, conforme NE 8.

#### **c. Revisão passivo tributário**

A Companhia, mantém contínuo trabalho de diagnóstico e revisão do passivo tributário com o intuito de confirmar a possível existência de créditos a serem constituídos com base nas obrigações tributárias que compõem o saldo contábil/fiscal ou de exercícios anteriores, considerando o correto enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas em última instância no poder judiciário.

Nesta linha, dada a complexidade e volume do trabalho em desenvolvimento, a Companhia assinou contrato com uma consultoria jurídica para revisão e adequação de todo o passivo tributário federal da Companhia.

Na atual fase, já estão sendo protocoladas petições específicas, com o objetivo de reduzir a dívida da Companhia.

Até o presente momento, somente no que diz respeito aos valores em duplicidade, decadência, prescrição e multas excedentes, perante os órgãos federais, a consultoria já identificou e apresentou requerimento que resultaram após revisão final da Receita Federal, em reduções já reconhecidas no total de R\$ 4.661, cujas baixas já foram deferidas e diretamente vinculados aos parcelamentos instituídos pelas Leis nº. 11.941/2009 e 9.964/00.

As matérias objeto dos pedidos de cancelamento e extinção de débitos requeridos à Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, que administram e cobram os débitos Companhia, encontram amparo legal no CTN (Código Tributário Nacional), Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Pareceres e Notas editadas pela PGFN - Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil com aprovação ministerial (MF), Soluções de Consulta Internas editadas pelo COSIT (Coordenação-Geral de Tributação) e CODAC (Coordenação de Arrecadação e Administração do Crédito Tributário), acórdãos e decisões do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal). Estes valores serão reconhecidos à medida que se tornem provável de realização.



#### **d. Efeitos da reversão do Programa de Recuperação Fiscal - (REFIS)**

Em dezembro de 2020 a Administração da Companhia após análise minuciosa da situação do passivo tributário consolidado no REFIS, e levando em consideração que a permanência da Companhia naquele parcelamento seguia dependendo das ações judiciais ainda pendentes de decisão definitiva, optou em migrar parte dos débitos anteriormente consolidados da Lei nº 9.964/00 (REFIS) para o parcelamento da Lei nº 13.988/20, e solicitou a desistência das respectivas ações, impugnações ou recursos.

Após a desistência do referido parcelamento foram levantados os efeitos da reversão do REFIS no montante de R\$ 284.496, e os descontos obtidos na adesão ao parcelamento Transação Excepcional Lei nº 13.988/2020 no montante de R\$ 112.541.

Esta recomposição resultou em um efeito líquido no resultado financeiro não recorrente no montante de R\$ 171.955.

#### **12. Debêntures a pagar**

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo das debêntures a pagar é de R\$ 324.582. Referidas debêntures foram emitidas em 13 de dezembro de 2013.

Em 13 de dezembro de 2013, deu-se a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a emissão de debêntures de 2ª emissão privada, simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista, que foram subscritas integralmente pela Mundial S.A – Produtos de Consumo, por meio da utilização de crédito da Mundial junto a Hercules, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente entre as companhias, cujo início de formação remonta a 1988. Na data da subscrição, referidos créditos não contavam com garantias, nem estavam expressos em documentos qualificáveis como títulos executivos

As debêntures são perpétuas e somente ocorrerá o seu vencimento, de sua quitação integral, em caso da dissolução da emissora, ou, antecipadamente se a emissora descumprir qualquer das obrigações estabelecidas na escritura de emissão.

O valor nominal das debêntures, sobre o qual não incidirá correção monetária, será pago em espécie e (i) amortizado anualmente, com base no fluxo de caixa operacional livre do exercício social vencido, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das demonstrações contábeis da Emissora, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, obrigatoriamente, e (II) amortizado trimestralmente caso haja fluxo de caixa operacional livre positivo, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das demonstrações contábeis da emissora do trimestre imediatamente anterior, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, e, de forma não obrigatória e a exclusivo critério da Emissora, e por ocasião do vencimento final ou do vencimento antecipado, até 10º dia útil posterior ao evento.

A Companhia oferece como garantia o penhor da Marca de sua titularidade para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas.

Os montantes utilizados na subscrição foram acumulados entre 1988 e 2012 e não contavam com garantias, nem estavam expressos em documentos qualificáveis como títulos executivos. A emissão das debêntures, mediante utilização dos créditos de mútuo e conta-corrente, ocorreu em 2013. Em novembro de 2014, a Companhia amortizou R\$ 84.369 do saldo das debêntures mediante transferência de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social de sua titularidade para utilização no parcelamento da Lei nº 13.043/14. Em novembro de 2017, a Companhia aderiu ao parcelamento Lei nº 13.496/2017, levando à reversão de parte dos prejuízos fiscais e base negativa anteriormente utilizados na amortização das debêntures, no montante de R\$ 19.944. Assim, o valor total amortizado pela Emissora foi de R\$ 64.425.

Em 13 de dezembro de 2013, exercício em que se deu o ato emissão das Debêntures com créditos de mútuo e conta corrente, o valor destas alcançava R\$ 389.007, permanecendo o mesmo valor em 31 de dezembro de 2013. No encerramento do exercício de 2021, o saldo era de R\$ 324.582. A Companhia acompanha e revisa laudo de capacidade de pagamento das debêntures subscritas em 2013, através de laudos periódicos de capacidade de pagamento elaborados por consultoria externa independente a partir de projeções e estimativas, bem como por laudos de avaliação do valor da Marca, também revisados periodicamente. Nesse sentido, a consultoria independente avaliou que, em dezembro de 2021, o valor da Marca Hercules correspondia a R\$ 275.250.

### **13. Provisão para contingências**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas constitui provisão.

O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 1.362 (R\$ 1.355 em 31 de dezembro de 2020) é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações cíveis e trabalhistas em curso.

Existem processos trabalhistas no valor de R\$ 20 (R\$ 19, em 31 de dezembro de 2020), avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança devido a eventos futuros incertos.

### **14. Patrimônio líquido**

#### **Capital social**

O capital social de R\$ 15.300, excluída a correção monetária de R\$ 7.509, está dividido em 171.198 ações ordinárias e 338.801 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado, anualmente, distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 30% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam da prioridade do direito ao recebimento de um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o capital social.

O capital social poderá ser aumentado, independente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho Administrativo sobre subscrição de ações públicas ou particular, observando o limite de 50.597.929 ações ordinárias nominativas e 101.195.858 ações preferenciais nominativas.

#### **i. Ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

#### **I. Ações preferenciais**

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto, quando destinados são reconhecidos como passivo.

### **15. Resultado por ação**

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício o atribuível aos acionistas da Companhia no exercício e a respectiva quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste exercício, comparativamente com o mesmo exercício de 2020 conforme o quadro abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado do período	443	(172.049)
Média do período de ações ordinárias	171.198	171.198
Média do período de ações preferenciais	338.801	338.801
Resultado por ação ordinária básico e diluído	0,8686	(337,3516)
Resultado por ação preferencial básico e diluído	0,8686	(337,3516)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias e preferenciais não possuem distinção na participação dos lucros.

#### 16. Receita operacional líquida

Conciliação da receita bruta e líquida, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita bruta de serviços	2.999	1.824
Impostos sobre serviços	(382)	(254)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b><u>2.617</u></b>	<b><u>1.570</u></b>

#### 17. Despesas por natureza

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Receitas e despesas por função</b>		<b>Reclassificado</b>
Despesas administrativas	(296)	(1.636)
Outras despesas operacionais	-	(2)
	<b><u>(296)</u></b>	<b><u>(1.638)</u></b>
<b>Despesas por natureza</b>		
Serviços contratados com terceiros	(226)	(212)
Provisão de reclamatório civil	-	(1.356)
Outras receitas e despesas operacionais	(70)	(70)
	<b><u>(296)</u></b>	<b><u>(1.638)</u></b>

No ano de 2020, o valor de R\$ 171.955 originalmente registrado neste grupo, foi reclassificado, para melhor análise e classificação para “Despesa financeira não recorrente”, considerando que os impactos ocasionados pela reversão do ajuste a valor presente (AVP) do REFIS, os acréscimos legais (SELIC) e adesão ao parcelamento da Transação Excepcional – Lei 13.988/20 tem características financeira.

## 18. Resultado financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Receitas financeiras</b>		<b>Reclassificado</b>
Atualização de diretos creditórios	705	374
	<b>705</b>	<b>374</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas de giro	(8)	(4)
Outras despesas financeiras - atualização passivo tributário	(2.575)	(397)
Resultado financeira não recorrente (a)	-	(171.955)
	<b>(2.583)</b>	<b>(172.356)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.878)</b>	<b>(171.982)</b>

(a) Resultado financeira não recorrente, reclassificação conforme mencionado na nota explicativa 17, e efeitos oriundos da nota explicativa 11. a e 11. d, conforme demonstrado abaixo.

<b>Demonstrativo do resultado financeira não recorrente</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Reversão do ajuste a valor presente - AVP	-	104.390
Diferença da atualização de TJLP para SELIC	-	188.556
( - ) Reversão de duplicidades de cobrança	-	(8.450)
( - ) Reduções permitidas Parcelamento Transação Excepcional (Lei 13.988/20)	-	(112.541)
<b>Total do resultado financeira não recorrente</b>	<b>-</b>	<b>171.955</b>

## 19. Imposto de renda e contribuição social - diferido

(a) O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas oficiais e são demonstrados como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>443</b>	<b>(172.050)</b>
Outras adições e exclusões permanentes e temporárias, líquidas	(544)	994
<b>Base de cálculo ou prejuízo acumulado</b>	<b>(101)</b>	<b>(171.056)</b>
Imposto de renda 15%	-	-
Contribuição social 9%	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Alíquota efetiva do imposto</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	1
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>1</b>

(b) Os ativos fiscais diferidos oriundos dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui prejuízo fiscal de R\$ 318.154, e base negativa de contribuição de R\$ 335.028. Com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, o valor do crédito é de R\$79.538 e R\$30.152 consecutivamente somando um montante de R\$ 109.691.

Estes valores serão reconhecidos à medida que seja provável de sua realização.

## 20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### a. Análise dos instrumentos financeiros

A avaliação dos ativos e passivos financeiros da Companhia em relação aos valores justos de mercado foi efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

### b. Categorias e mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados a custo de amortizado e valor justo por meio de resultado, estão demonstrados abaixo:

Custo amortizado	Valor contábil		Valor justo	
	2021	2020	2021	2020
Clientes	575	1.143	575	1.143
Fornecedores	6	31	6	31
Debêntures	324.582	324.582	324.582	324.582
Partes relacionadas passivas	23.897	16.111	23.897	16.111

  

Valor justo por meio de resultado	Valor contábil		Valor justo	
	2021	2020	2021	2020
Outras contas a receber	521	529	521	529
Direitos creditórios	7.271	6.567	7.271	6.567
Outras contas a pagar	320	589	320	589

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são incluídos no valor pelo qual os instrumentos poderiam ser trocados em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

Contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

### c. Gestão de risco

As operações contábeis da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração, a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas:

#### i. Risco de moeda com variações cambiais

A Companhia não tem exposição relevante ao risco de variação em moeda estrangeira.

#### ii. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se, as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o saldo de contas a receber de cliente corresponde a R\$ 575 e R\$ 1.143, respectivamente.

**iii. Risco de liquidez**

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia em honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o exercício de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

**21. Cobertura de seguros**

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contratada pela parte relacionada Mundial S/A é composta por R\$ 23.650 para responsabilidade civil e R\$ 100.480 para danos materiais. Tais apólices são corporativas e englobam também os riscos relacionados à Hercules S.A. - Fábrica de Talheres.

\* \* \* \* \*

**Conselho de Administração**

Adolpho Vaz de Arruda Neto – Presidente  
Wilson Vieira de Britto – Vice-Presidente  
Marcelo Freitas Pereira – Conselheiro

**Diretoria**

Adolpho Vaz de Arruda Neto – Diretor Superintendente  
Marcelo Fagundes de Freitas – Diretor Administrativo e Financeiro  
e Diretor de Relações com Investidores  
Júlio Cesar Câmara – Diretor Geral da Unidade Food Service

Ivanês Grison Souto  
TC–CRC-RS 084547/O-0

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e Acionistas da  
HERCULES S.A. - FÁBRICA DE TALHERES  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da HERCULES S.A. - FÁBRICA DE TALHERES (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HERCULES S.A. - FÁBRICA DE TALHERES em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 02 às demonstrações contábeis, a qual a Companhia detalha que foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional, no entanto o balanço patrimonial apresenta passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de R\$ 554.578 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 555.021 em 2020), apresenta alto endividamento de curto prazo e possui parcelamento de passivos tributários conforme detalhado na nota explicativa nº 11. Essas condições indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia em caso de não geração de caixa suficiente para honrar seus compromissos assumidos. A continuidade normal dos negócios da Companhia depende do sucesso na implementação das medidas desenvolvidas por seus Administradores, e a condição de permanência nos programas de parcelamentos. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso dessas medidas, as quais visam o fortalecimento do seu equilíbrio financeiro. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

### 1. Debêntures a pagar para Companhia relacionada

Conforme descrito na nota explicativa nº 12, a Companhia possui debêntures a pagar para a empresa relacionada Mundial S.A. – Produtos de Consumo no montante de R\$ 324.582 mil em 31 de dezembro de 2021, cuja liquidação depende da continuidade do atual plano de reestruturação implementado pela Administração. A Companhia avalia periodicamente, a mensuração do valor justo da marca Hercules por empresa independente, a qual é oferecida em garantia sobre a operação das debêntures, que são suportadas por estimativas de rentabilidade futura preparadas com base em dados e premissas mercadológicas tais como taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxos de caixa. Devido à relevância dos valores envolvidos, bem como das possíveis alterações das estimativas e premissas adotadas para determinar a sua recuperabilidade, e pelo potencial impacto que essas alterações poderiam infringir às demonstrações contábeis da Companhia, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

#### *Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?*

Nossos procedimentos incluíram, avaliação dos controles internos da Companhia em relação a capacidade de pagamento dos compromissos assumidos e as principais premissas aplicadas para análise da capacidade de geração de caixa para e a mensuração do valor justo da marca Hercules, suportada pelo Laudo emitido por especialista externo, onde foi corroborado as estimativas das taxas futuras de crescimento do segmento, bem como os dados fornecidos pelos administradores quanto a precisão histórica das estimativas e consideramos sua capacidade de produzir previsões precisas de longo prazo para geração de caixa.

Baseados nos procedimentos, consideramos aceitáveis os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia das debêntures a pagar de partes ligadas.

### 2. Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 11.a, a Companhia é parte integrante em programas de parcelamento federais instituído pela lei 13.998 de 14 de abril de 2020, os quais totalizam o montante de R\$ 171.789 mil. O não cumprimento das regras estabelecidas no Programa, resulta em uma possível exclusão do parcelamento, o que implicaria em exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas. Devido à relevância dos montantes reconhecidos deste passivo tributário, oriundos dos impostos parcelados, e ao fato que mudanças nas condições externas podem impactar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

#### *Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?*

- Obtivemos junto a administração da Companhia o entendimento do processo operacional de revisão, preparação e validação da atualização dos tributos e especialistas terceiros.



- Obtenção de evidências sobre o risco de perda considerado pela Companhia, posições tributárias adotadas, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais preparados por assessores jurídicos.
- Verificamos os pagamentos do parcelamento tributário registrado durante o exercício e confrontamos com as guias de liquidação.
- Obtivemos confirmação da situação da homologação através de consulta no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) emitido pela Companhia.
- Avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração e documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.
- Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre as obrigações tributárias parceladas.

#### Outros Assuntos

##### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações contábeis do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

##### *Auditoria do exercício anterior*

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram por nos examinadas e emitimos relatório dos auditores independentes datado de 26 de março de 2021, com opinião sem modificação, contendo parágrafo de incerteza relevante sobre a continuidade operacional e principais assuntos de auditoria "PAA" os assuntos relacionados são (1) Programas de parcelamentos de impostos e contribuições sociais e (2) Debêntures a pagar para Companhia relacionada.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, RS, 28 de março de 2022.

Sérgio Laurimar Fioravanti  
Contador – CRCRS nº 48.601  
Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S  
CRCRS nº 006706/O  
CVM 12.360



# Hercules

**Hercules S/A – Fábrica de Talheres**

**Companhia Aberta**

**CNPJ 92.749.225/0001-63**

## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021.**

Em conformidade com os incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 586/2017, e em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os Diretores da Hercules S.A. – Fábrica de Talheres, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Autorizando sua conclusão nesta data.

São Paulo, 28 de março 2022.

Adolpho Vaz de Arruda Neto  
Diretor Superintendente

Marcelo Fagundes de Freitas  
Diretor e DRI

Julio Cesar Camara  
Diretor



# Hercules

**Hercules S/A – Fábrica de Talheres**

**Companhia Aberta**

**CNPJ 92.749.225/0001-63**

## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.**

Para fins do disposto no inciso V e VI do artigo 25 Instrução da CVM nº 586/2017, os Diretores da Hercules S.A – Fábrica de Talheres, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes pela BAKER TILLY BRASIL RS AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES, relativo às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 28 de março de 2022.

Adolpho Vaz de Arruda Neto  
Diretor Superintendente

Marcelo Fagundes de Freitas  
Diretor e DRI

Julio Cesar Camara  
Diretor